

EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014/2024: AVANÇOS, AUSÊNCIAS E DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITOS EDUCACIONAIS DA POPULAÇÃO CAMPONESA

Samara Amaral Moreira Santos¹, Arlete Ramos dos Santos²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a presença da Educação do Campo nas metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, os seus avanços, ausências e desafios na garantia de direitos educacionais da população camponesa. Como objetivos específicos, busca-se identificar quais metas e estratégias do PNE se relacionam diretamente com a Educação do Campo, analisar os avanços presentes, detectar as ausências e investigar os principais desafios enfrentados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com delineamento documental, utilizando como fonte de dados a Lei Federal nº 13.005/2014, que institui o PNE e seus anexos de metas e estratégias. Os dados foram confrontados com as bases teóricas sobre a Educação do Campo e o projeto histórico constituído a partir dos movimentos sociais. O PNE 2014-2024 estabeleceu Diretrizes, Metas e Estratégias para todas as etapas e modalidades da educação nacional, sendo elas 20 metas e 256 estratégias, porém, sem nenhuma específica para a Educação do Campo, que aparece diluída em 17 estratégias distribuídas em 13 metas. A análise evidencia avanços, ausências e desafios do plano vigente, destacando a necessidade de diálogo entre Estado e sociedade civil para efetivar políticas educacionais inclusivas, garantindo qualidade e participação democrática para os sujeitos do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Avanços, Campo, Desafios, Educação, Lei, Pne.

RURAL EDUCATION IN THE GOALS AND STRATEGIES OF THE NATIONAL EDUCATION PLAN (PNE) 2014/2024: PROGRESS, ABSENCES AND CHALLENGES IN GUARANTEEING EDUCATIONAL RIGHTS OF THE RURAL POPULATION

ABSTRACT

The general objective of this research is to analyze the presence of Rural Education in the goals and strategies of the National Education Plan (PNE) 2014-2024, its progress, gaps, and challenges in guaranteeing the educational rights of the rural population. The specific objectives are to identify which PNE goals and strategies directly relate to Rural Education, analyze current progress, identify gaps, and investigate the main challenges faced. This is qualitative research with a documentary design, using Federal Law No. 13.005/2014, which establishes the PNE, and its annexes of goals and strategies, as a data source. The data were compared with the theoretical foundations of Rural Education and the historical project developed through social movements. The 2014-2024 National Education Plan (PNE) distributed Guidelines, Goals, and Strategies for all stages and modalities of national education, comprising 20 goals and 256 strategies. However, none specifically addressed rural education, which is divided into 17 strategies

distributed across 13 goals. The analysis highlights advances, gaps, and challenges in the current plan, highlighting the need for dialogue between the state and civil society to implement inclusive educational policies, ensuring quality and democratic participation for rural individuals.

KEYWORDS: Advances, Challenges, Education, Field, Law, PNE

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma frente de luta por justiça educacional no Brasil, enfrentando a histórica invisibilidade dos povos do campo. A oferta educacional, muitas vezes, reproduz o modelo urbano, desconsiderando as especificidades sociais, culturais e territoriais desses sujeitos.

Nas últimas décadas, avanços importantes foram conquistados por meio da mobilização de movimentos sociais, educadores e pesquisadores comprometidos com essa causa. Esses esforços resultaram em marcos legais como as Resoluções CNE/CEB nº 01/2002 e 02/2008, o Decreto nº 7.352/2010 e a Lei nº 12.960/2014. Além dessas, a LDB nº 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei nº 13.005/2014, também representam importantes instrumentos legais.

Diante disso, surgem os questionamentos: como a Educação do Campo é tratada nas metas e estratégias do PNE? Quais os seus avanços, ausências e desafios na garantia do direito à educação para a população camponesa? Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a presença da Educação do Campo no PNE 2014-2024, identificando seus avanços, ausências e desafios. Como objetivos específicos, busca-se identificar as metas relacionadas à Educação do Campo, analisar seus avanços, lacunas e os principais desafios enfrentados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental, tendo como base a Lei nº 13.005/2014 e os textos teóricos sobre Educação do Campo e os Movimentos Sociais. Este estudo busca contribuir para o fortalecimento da Educação do Campo como política pública de justiça social e para a construção de uma educação mais crítica, inclusiva e transformadora.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa se configura como de natureza qualitativa, tendo como delineamento a pesquisa documental. Segundo Gil (2017, p. 34): “[...] a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. [...]”

A fonte de dados utilizada foi a Lei Federal nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 e seus anexos compostos pelas metas e estratégias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PNE 2014/2024 estabeleceu 20 metas e 256 estratégias para ampliar o acesso, melhorar a qualidade da educação e valorizar os profissionais da área. No entanto, a Educação do Campo aparece de forma diluída, sem meta específica, sendo citada em 17 estratégias dentro de 13 metas, com destaque para as expressões “populações do campo” e “escolas do campo”.

Entre os avanços, está a valorização da cultura local por meio da criação de currículos e materiais didáticos alinhados à realidade do campo (estratégias 5.5 e 7.27), bem como a formação inicial e continuada de professores (estratégia 15.5), considerando as especificidades culturais e sociais das comunidades rurais, indígenas e quilombolas. No entanto, o plano não trata de forma clara as dificuldades enfrentadas por professores do campo, como baixos salários e condições precárias de trabalho. Santos (2016) afirma que essa valorização ainda é marcada por “desigualdades históricas”. A ampliação do acesso à escola (estratégias 1.10, 3.7 e 7.13) e o transporte escolar são medidas importantes, mas enfrentam entraves logísticos. Além disso, há ausência de estratégias para classes multisseriadas, realidade comum nas escolas rurais. Ademais O PNE enfrenta desafios para alcançar suas metas, como financiamento insuficiente, descontinuidade de políticas públicas e monitoramento precário. Segundo Silva et al. (2025), há “restrições orçamentárias e disparidades regionais” que comprometem a execução do plano. Apesar das lacunas, o PNE reconhece a Educação do Campo como política pública, fruto da mobilização social.

Contudo, é essencial fortalecer a participação da sociedade civil e garantir que as metas se traduzam em direitos efetivos e não apenas em intenções normativas.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, foi possível observar que a Educação do Campo se constitui como um projeto de sociedade que visa a superação das desigualdades sociais constituindo uma nova sociedade baseadas na justiça e equidade social. Para tanto, a luta pela Educação do Campo tem se efetivado a partir das inserções nas políticas públicas, dentre elas, as educacionais. Assim, neste estudo foi possível perceber que a Educação do Campo é um direito dos povos do campo, reafirmando a importância de conhecer, valorizar e reconhecer os conhecimentos e as especificidades culturais dessa população.

Constata-se então, que a Educação do Campo não pode ser confundida com o antigo termo de educação rural, uma vez que a Educação do Campo busca superar a visão assistencialista e rasa da educação rural, buscando o reconhecimento e as especificidades do campo em todos os seus aspectos. Nesse sentido, a análise mostrou que o PNE 2014/2024 trouxe em seus dispositivos o reconhecimento das peculiaridades do campo.

Entretanto, embora ocorreram avanços, ainda existem desafios consideráveis para que as metas e estratégias sejam de fato cumpridas. Dessa forma, afirma-se que a Educação do Campo é um espaço de luta para garantir não apenas o acesso à escola, mas aos conhecimentos acumulados e aos bens construídos pela humanidade. Assim, ao reconhecer a Educação do Campo como um direito, reafirma-se o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A análise dos dados permitiu compreender como as políticas públicas educacionais brasileiras avançaram no reconhecimento das especificidades do meio rural, mas também evidencia as ausências e desafios para a efetivação da garantia de direitos educacionais da população camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120, p. 1–7, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, Maria Aparecida; SOUZA, João Carlos. **Formação de professores para a educação do campo: desafios e perspectivas.** Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 9, n. 1, p. 105-120, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rbec/article/view/27586>. Acesso em: 17 ago. 2025.

Silva, M. L. da, Silva, M. de L. de S. N., & Santos, P. C. M. de A. (2025). **Desafios e Oportunidades na Implementação de Políticas Públicas Educacionais.** Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, 7(3), 1033–1050. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n3p1033-1050>. Acessado em 25 agosto. 2025)